



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*



CORAME / SAPREL

Comissão de trabalhadores ( 3 elementos ); Trabalha  
dores ( 3 elementos ); Sindicato dos metalúrgicos  
( 2 elementos ); Sindicato dos empregados de escriti  
tório ( 2 elementos )

Entrevista com a Adjunta do Gabinete

Maria José Costa Félix

20 de Setembro de 1979

Pedida telefonicamente ( já pedida por escrito )

A Corame está em greve total desde o dia 1 de Agost  
o, como consequência da maneira - considerada, por eles, imor  
al e irresponsável - como a desintervenção da empresa foi  
feita, através do decreto 220/79, de 4 de Julho, pelo qual  
o IV Governo devolve pura e simplesmente a empresa ao seu  
patrão - o qual é acusado de fraudes que ultrapassam os 300  
mil contos ( abuso de confiança e transferência ilegal de divisi  
o ).

Carlos Nogueira recebeu na sua conta pessoal em Paris  
o dito montante, resultado de comissões devidas à Saprel, que,  
assim, deixaram de entrar nos cofres do País.

Já há muito tempo ( não só durante o IV Governo, mas  
durante outros Governos ) que o Ministério das Finanças deveri  
a ter accionado os mecanismos legais, mas não o fez.

Carlos Nogueira foi julgado e condenado a 25 meses de  
prisão e a repor o dinheiro, mas recorreu para o Supremo Tribu  
nal Militar, o qual mandou repetir o julgamento, alegando  
que tinha ficado provado que o dinheiro tinha sido depositado  
do na conta pessoal deste senhor, mas que não tinha ficado  
provado que fosse para ele gastar para si próprio... e que,



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*



-2-

portanto, não se podia provar que tivesse havido abuso de confiança. Entretanto, o sr. Carlos Nogueira ausentou-se, está em França, desde o princípio deste ano, tendo sido solicitado à Interpol o seu mandato de captura.

A forma como a Corame foi desintervencionada provocou uma situação muito grave que põe em risco não só os postos de trabalho de 300 pessoas, como 150 mil contos devidos à Banca ( Banco Pinto & Sotto Mayor e Banco de Fomento ). Tem também repercussão noutras empresas, algumas com 40, 50 trabalhadores, uma com 200 trabalhadores, e causa problemas a fornecedores, uma vez que há letras em circulação.

A situação obriga a que sejam tomadas medidas urgentes. Já existem sectores que estão completamente parados.

O motivo pelo qual esta entrevista foi pedida é a necessidade, portanto, de uma rápida revogação do decreto que desintervencionou a empresa, e da criação de um grupo de trabalho, constituído pelo Ministério da Indústria, pelos trabalhadores, e pela Banca, o qual teria de, no prazo máximo de 2 meses, apresentar uma Proposta a ser aprovada em Conselho de Ministros ( pensam que a entidade patronal também deveria ser ouvida, mas não exclusivamente ).

A urgência é devida à ameaça de desemprego para 300 trabalhadores e de perda de 150 mil contos para o Estado, como já referido.

Queixam-se abertamente do M.I.T.

Foram recebidos pelo Ministro, no dia 7 de Agosto. Este reconheceu que tinham razão e que havia a necessidade de resolver este problema, tendo afirmado categoricamente que



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*



-3-

o iria estudar e rapidamente solucionar.

Depois disso, a atitude do Ministro passou a ser to talmente outra, deixando que as coisas se arrastassem, negando-se a qualquer diálogo ( referem que foram recebidos pelo Secretário de Estado uma vez e pelo Chefe de Gabinete outra, sem ter havido da parte deles qualquer receptividade; referem ainda que teriam mesmo afirmado que "as coisas estavam como estavam e, mesmo que estivessem mal, não se lhes poderia me xer", e que, além disso, o Ministério era "impotente para tomar decisões" ). Consideram que não há qualquer espécie de altera<sup>ção</sup> quanto à orientação seguida por este Ministério neste V Governo, o que muito os decepcionou porque tinham acreditado que havia a intenção de corrigir as situações que fossem con sideradas de injustiça. Acontece que há, aqui, uma situação em que não só há injustiça, como corrupção, e de que o Ministro de quem ela depende directamente, depois de ter afirmado uma concordância com os pontos de vista apresentados pelos trabalhadores, toma a atitude de "lavar daí as mãos", pelo facto de se tratar de uma situação que é difícil e melindrosa.

Afirmam que a questão do não enquadramento legal da revogação do decreto 220/79 não se põe ( o Procurador Geral da República, com quem teriam falado no dia 18 de Set., ter-lhes-ia dito que o Governo tinha a possibilidade da <sup>dita</sup> revoga<sup>ção</sup> ).

Pensam que a razão da mudança de atitude do Ministro da Indústria se deve ao facto de continuarem no Ministério as pessoas vindas do anterior Governo e responsáveis por esta situação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*



-4-

Consideram que a Saprel não tem viabilidade como em presa, porque vivia fundamentalmente da guerra colonial ( ser via para furar o bloqueio que a ONU punha a certos países, em termos de armas de guerra; situação que, com a intervenção do Estado, foi desmascarada ). A corrupção que foi havendo nesta empresa parece que é mesmo conhecida no estrangeiro. A Corame serviria como "capã" para determinados negócios pouco limpos feitos por ela. O próprio filho de Carlos Nogueira teria afirmado que a Saprel só teria viabilidade se a Força Aérea continuasse a comprar as matérias primas através dela e não directamente do estrangeiro ( o que eles consideram uma forma de pressionar o Governo e de continuar a haver lucros para a família de Nogueira ).

A Corame é uma empresa do ramo da metalo-mecânica se mi-pesada, onde existem valores importantes a defender. Ape sar das dificuldades que tem tido, vale hoje 5 a 6 vezes mais do que quando foi feita a intervenção. Referem isto, porque consideram que no Ministério da Indústria há um desconhecimento bastante grande quanto àquilo que se passa nesta empresa.

Os trabalhadores não são contra a desintervenção, mas consideram que também têm de ser ouvidos. Por isso falam da necessidade da criação do grupo de trabalho atrás referido.

Por último, falaram da repercussão negativa que tudo isto tem tido, em termos de imagem deste Governo, não só na Corame, como em todas as outras empresas que se encontram pró ximas, no sentido de irem perdendo as esperanças que tinham



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro



surgido, quando da nomeação da Senhora Primeira Ministra, e de irem sentindo que, afinal, este Governo também é igual ao anterior quando toca em mexer em situações já criadas, mesmo se consideradas injustas.

Tudo foi dito de forma muito tranquila, mais em tom de apelo do que de exigência.

Dado estar em causa sobretudo o emprego de tantas pessoas, parece, de facto, que o assunto se reveste da maior urgência.

Fundação Cuidar o Futuro

Kayua Ribeiro - 2591867 / 460 Rita Naydiane  
2591525  
Sto Iria do Rioia

3-8 - telefonaram - Tivô sido garantido pelo fab. 1º triu. que seriam recebidos pelo N-1. Recusaram-se a falar w S. E. Tem proposta, estão atentos para resolver problemas. Querem reunião w alguém w poder de decisão

Forem recebidos mais vezes, pelo chefe de gabinete, eng. João Celvao